Democracia, Direitos Humanos e Trabalho

Departamento de Estado dos E.U.A

Directrizes para Apoio à Missão Diplomática dos EUA para a Sociedade Civil e Defensores dos Direitos Humanos

Conteúdo

SÍNTESE 3

QUEM SÃO OS DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS 5

ENVOLVIMENTO DIPLOMÁTICO E PROGRAMÁTICO DOS EUA 6

ESTRATÉGIAS E FERRAMENTAS PARA AS MISSÕES DIPLOMÁTICAS DOS EUA 9

RECURSOS ADICIONAIS 15

Imagem da capa: LaGuardia Indígena del Cauca, na Colômbia, protesta pacificamente contra os abusos dos direitos humanos perpetrados contra grupos indígenas na região. Foto por: neuglex, licenciado ao abrigo da CC BY-NC-SA 2.0

SÍNTESE

A Administração Biden-Harris está empenhada em colocar os direitos humanos e os princípios democráticos no centro da sua política externa. Estas Directrizes para Apoio à Missão Diplomática dos EUA para os defensores da Sociedade Civil e dos Direitos Humanos delineiam e ampliam o compromisso dos EUA em apoiar este trabalho vital como parte da visão estratégica do presidente e da política externa dos EUA. As directrizes destinam-se principalmente aos Especialistas em Direitos Humanos do Departamento de Estado dos EUA e a membros da sociedade civil em todo o mundo, incluindo defensores dos direitos humanos.

Uma sociedade civil aberta, inclusiva, com poderes e em pleno funcionamento é vital para democracias saudáveis, economias prósperas e sociedades resilientes. Os Estados Unidos estão comprometidos com os Defensores da Declaração das Nações Unidas Sobre os Direitos Humanos e continuam a envolver-se, tanto ao nível bilateral como em fóruns multilaterais, para proteger e promover as liberdades fundamentais e o papel dos defensores dos direitos humanos. O trabalho da sociedade civil, incluindo os defensores dos direitos humanos, para proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais e apoiar a boa governação é uma salvaguarda crítica contra as ameaças de regimes autocráticos e democracias em regressão. Os abusos e violações dos direitos humanos, a discriminação e a corrupção florescem onde a sociedade civil e a capacidade dos defensores dos direitos humanos de trabalharem livremente está enfraquecida. Os Estados Unidos continuarão a desempenhar um papel central na promoção dos direitos humanos por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e respectivos pactos, tratados e convenções. Esta orientação pública reflecte os pontos de vista da posição política dos Estados Unidos com o objectivo de apoiar a sociedade civil e os defensores dos direitos humanos no seu trabalho inestimável.

A democracia e os direitos humanos estão sob ameaça em todo o mundo. O mundo tem passado pela experiência de uma recessão democrática sustentada há mais de uma década, o que provoca uma redução consistente do papel da sociedade civil. Muitos países aprovaram leis que restringem o seu financiamento e operações. Alguns governos abusam das leis de segurança nacional para restringir a capacidade dos actores da sociedade civil de exercer a sua liberdade de expressão, associação, movimento e reunião pacífica. Também se tem registado um aumento no uso de tecnologias de censura e vigilância, bem como paralisações da internet, para minar o debate democrático. Os governos não devem encerrar ou restringir os serviços online ou implantar tecnologias de vigilância como meio de limitar o exercício dos direitos humanos dos indivíduos ou de intimidar a sociedade civil. Em vez disso, os governos devem capacitar a sociedade civil e expandir o espaço cívico para promover o sucesso do público ao qual servem, visto que os grupos cívicos desempenham um papel único e positivo na sociedade.

Os Estados Unidos reconhecem que, por vezes, o trabalho dos defensores dos direitos humanos e das organizações da sociedade civil (OSC) pode colocá-los em perigo. Os defensores dos direitos humanos são frequentemente submetidos a intimidação, ameaças, detenções arbitrárias, desaparecimentos forçados, execuções extrajudiciais, tortura, violência sexual e julgamentos injustos. Os governos autoritários e outros já emitiram ameaças e represálias quando a sociedade civil, os defensores dos direitos humanos ou os jornalistas participam em diálogos internacionais sobre os direitos humanos. Os governos devem reconhecer que a promoção e a protecção das liberdades fundamentais criam maiores níveis de confiança, o que envia uma forte mensagem aos malfeitores e impede ainda mais o uso da violência.

A comunidade internacional também testemunhou como alguns governos abusaram das declarações de emergência e restringiram o espaço cívico e o retrocesso democrático em resposta à pandemia de COVID-19. Alguns governos abusaram ou promulgaram leis para silenciar, visar e perseguir membros da sociedade civil sob o pretexto de necessidades de saúde pública. As medidas de emergência que restringem os direitos humanos que foram tomadas pelos governos em resposta à pandemia de COVID-19 devem estar em conformidade com as respectivas obrigações do Estado ao abrigo da lei internacional de direitos humanos aplicável. Por exemplo, no contexto de uma pandemia, as restrições aos direitos de reunião pacífica, liberdade de expressão e liberdade de associação devem ser prescritas por lei e necessárias para proteger a saúde pública. É importante salientar que os governos devem permitir que a sociedade civil desempenhe o seu papel único e positivo em tempos de crise, servindo, nomeadamente, como um elo fundamental entre os governos e os públicos aos quais servem. O Departamento de Estado, incluindo o Gabinete de Democracia, Direitos Humanos e Trabalho, acolheu e chamou a atenção para as políticas governamentais que respeitam os direitos humanos, aderem aos princípios democráticos e são essenciais para uma resposta eficaz à COVID-19.

Em última análise, as democracias que respeitam os direitos humanos são mais pacíficas, prósperas, estáveis e tornam-se parceiras bilaterais mais fortes. Os Estados Unidos estão empenhados em apoiar e incentivar a sociedade civil, os defensores dos direitos humanos, o sector privado e as nações parceiras que procuram responder às ameaças aos direitos humanos e reforçar os princípios democráticos fundamentados num espaço cívico livre e capacitador. De facto, ao enfrentar os desafios globais do momento e os testes impostos pelos nossos rivais autoritários, é essencial que demonstremos que as democracias podem ajudar o seu povo e melhorar a vida das pessoas de formas concretas e mensuráveis. Os Estados Unidos incentivam as missões diplomáticas a se envolverem e fortalecerem directamente as suas relações com as OSCs e os defensores dos direitos humanos.

Durante os seus primeiros comentários sobre política externa, o Presidente Biden deixou claro que se os Estados Unidos quiserem ter sucesso a confrontar os muitos desafios que enfrentamos hoje, "devemos começar com uma diplomacia enraizada nos valores democráticos mais acalentados da América: defesa da liberdade, de oportunidades e dos direitos universais." Servindo isso como fio condutor da nossa política global, o Secretário de Estado instruiu a todos os embaixadores e chefes de missão a se envolverem directamente com a sociedade civil e os defensores dos direitos humanos como parte de uma política externa fundamentada em nossos princípios democráticos. Embora os especialistas em direitos humanos do Departamento de Estado dos EUA sejam geralmente o ponto de contacto profissional para as OSCs e os defensores dos direitos humanos, dependendo da questão, pode ser apropriado entrar em contacto com outras divisões da embaixada com experiência especializada - por exemplo, autoridades em direitos laborais, autoridades na área de economia, etc. As seguintes orientações para as missões diplomáticas dos EUA destacam as muitas maneiras pelas quais os Estados Unidos procuram promover os direitos humanos, apoiando a sociedade civil e os defensores dos direitos humanos a continuarem o seu trabalho sem obstáculos ou restrições indevidas, e livres de retaliação contra eles ou as suas famílias.

QUEM SÃO OS DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS

Seguindo o princípio estabelecido pelos Defensores da Declaração das Nações Unidas Sobre os Direitos Humanos de que "todos têm o direito, individualmente e em associação com outros, de promover e lutar pela protecção e realização dos direitos humanos e das liberdades fundamentais aos níveis nacional e internacional," os Estados Unidos definem os defensores dos direitos humanos como indivíduos, trabalhando sozinhos ou em grupos, que defendem de forma não violenta a promoção e a protecção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais universalmente reconhecidos. Em todo o mundo, os defensores dos direitos humanos trabalham incansavelmente para proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais, defender a transparência e a responsabilização do governo, promover o acesso à justiça e expor a corrupção.

Os defensores dos direitos humanos podem ser de qualquer etnia, género, orientação sexual, denominação religiosa, condição de invalidez ou faixa etária. Eles podem vir de qualquer parte do mundo e de qualquer classe social ou origem. Os defensores trabalham numa ampla gama de questões. São especialmente vulneráveis a ataques os que trabalham com questões fundiárias e ambientais, bem como com os direitos das mulheres e raparigas, LGBTQI+ e pessoas com diversidade de género, pessoas com deficiência e povos indígenas. A maneira como os defensores individuais promovem e protegem os direitos humanos também varia de acordo com o país, contexto e profissão. Os esforços podem incluir, nomeadamente:

- Recolher e divulgar informações sobre violações dos direitos humanos;
- Apoiar as vítimas de violações dos direitos humanos;
- Mobilizar acções para garantir a responsabilização e acabar com a impunidade;
- Defender esta causa para que as empresas respeitem os direitos humanos, o que pode incluir a divulgação de preocupações de que uma entidade comercial e/ou uma entidade governamental não está a cumprir a lei;
- Apoiar uma melhor governação e política governamental;
- Procurar proteger pacificamente uma área ou os seus recursos naturais de impactos ambientais negativos decorrentes de actividades a serem realizadas ou propostas;
- Contribuir para a implementação e defender a causa da ratificação de tratados de direitos humanos; e
- Educar e formar outras pessoas em direitos humanos.

ENVOLVIMENTO DIPLOMÁTICO E PROGRAMÁTICO DOS EUA

O objectivo do Departamento de Estado é permitir que a sociedade civil e os defensores dos direitos humanos promovam e defendam os direitos humanos sem obstáculos ou restrições indevidas e sem medo de retaliação contra eles ou as suas famílias. Os Estados Unidos envolvem-se em todos os níveis da diplomacia bilateral e multilateral para chamar a atenção para os desafios significativos que os actores da sociedade civil enfrentam, incluindo os defensores dos direitos humanos, e defendem a causa da sua protecção e empoderamento. A nossa abordagem baseia-se no entendimento de que, a longo prazo, as nossas relações bilaterais serão mais fortes, ao incentivarmos outros países a defender a democracia e a proteger os direitos humanos.

Apoiamos a sociedade civil de várias maneiras, inclusive:

- Envolver-se com a ONU e seus relatores especiais para abordar ameaças específicas aos defensores dos direitos humanos;
- Apoiar a participação da sociedade civil e de jornalistas e credenciamento para órgãos da ONU para suscitar preocupações sobre temáticas específicas ou desafios específicos do país;
- Envolver-se com órgãos de várias partes interessadas, organizações multilaterais regionais, redes internacionais de OSC e outros parceiros com ideias semelhantes para coordenar mensagens diplomáticas e mobilizar oposição à legislação restritiva e a outras práticas governamentais que impedem ou colocam restrições indevidas na sociedade civil;
- Publicar os Relatórios Anuais de País sobre Práticas de Direitos Humanos, o Relatório Internacional de Liberdade Religiosa e o Relatório sobre Tráfico de Pessoas, destacando os desafios para a sociedade civil e jornalistas independentes;
- Parceria com a sociedade civil, laboral e de negócios para disseminar e implementar padrões e directrizes internacionalmente reconhecidos de conduta empresarial responsável, como as Directrizes da OCDE para Empresas Multinacionais (Directrizes da OCDE) e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Negócios e Direitos Humanos (UNGPs);
- Incentivar a participação da sociedade civil na liberdade da Internet e em iniciativas empresariais e de direitos humanos de múltiplas partes interessadas, como o Center for Sport and Human Rights, a Freedom Online Coalition, o Código Internacional de Conduta para Provedores de Serviços de Segurança Privada e os Princípios Voluntários da Iniciativa sobre Segurança e Direitos Humanos;

Uma mulher no Acampamento Zam Zam para pessoas deslocadas internamente no Norte de Darfur, Sudão, realiza pedidos tradicionais para mulheres e crianças Darfuri como parte de uma discussão sobre violência baseada no género e direitos humanos. Foto por: Albert González Farran – UNAMID, licenciado ao abrigo da CC BY-NC 2.0.

A activista ambiental, indígena e de direitos humanos Berta Cáceres das Honduras foi assassinada em Março de 2016 pela sua posição corajosa contra a corrupção no governo e nas empresas. Cáceres inspira milhares na luta por justiça para activistas ambientais. Foto por: Comisión Interamericana de Derechos Humanos, licenciada ao abrigo da CC BY 2.0

- Procurar fortalecer as políticas e práticas de salvaguarda ambiental e social dos bancos multilaterais de desenvolvimento, incluindo as relacionadas com a protecção dos defensores dos direitos humanos;
- Elevar o perfil dos defensores dos direitos humanos, nomeadamente por meio do Prémio Internacional Mulheres de Coragem e dos intercâmbios do Programa de Liderança de Visitantes Internacionais;
- Contribuir para a aplicação efectiva dos mecanismos de comércio e assistência que condicionam os benefícios do respeito pelos direitos laborais, direitos humanos e boa governação;
- Usar plataformas de diplomacia pública no exterior e internamente para fornecer informações e reduzir o estigma contra as populações marginalizadas, amplificar as vozes dos defensores dos direitos humanos e falar contra os que procuram atacar, assediar ou prejudicar a sociedade civil e os jornalistas independentes;
- Prestar assistência estrangeira para apoiar e proteger a sociedade civil e jornalistas independentes em ambientes restritivos, nomeadamente por meio de assistência financeira directa de emergência a activistas e organizações sob ameaça e programas de assistência técnica que aumentem a capacidade operacional desses grupos;
- Usar uma série de acções públicas e privadas contra os que procuram atingir, assediar ou prejudicar actores da sociedade civil e jornalistas independentes, incluindo, conforme apropriado, ferramentas como a Lei Magnitsky Global para impor restrições a vistos e sanções económicas; e
- Desenvolver políticas para reduzir a violência contra os defensores dos direitos humanos que procuram proteger uma área e/ou os seus recursos naturais do impacto ambiental negativo de uma actividade em curso ou proposta.

ESTRATÉGIAS E FERRAMENTAS PARA AS MISSÕES DIPLOMÁTICAS DOS EUA

A seguir estão algumas das estratégias e ferramentas que as missões dos EUA empregam, conforme apropriado, para apoiar e proteger as OSCs e os defensores dos direitos humanos:

I. AVALIAR E ENTENDER O AMBIENTE DO ESPAÇO CÍVICO

Os Especialistas em Direitos Humanos nas missões dos EUA avaliam o clima geral para que a sociedade civil possa estar em funcionamento. Isso inclui a monitorização e a elaboração de relatórios sobre:

- Restrições governamentais sobre os direitos à liberdade de associação, reunião pacífica ou expressão;
- Restrições ao financiamento de OSCs ou regulamentos de registo e relatórios que representam uma carga onerosa para as organizações;
- Ataques, assédio, violência ou represálias contra defensores dos direitos humanos;
- Acções judiciais adulteradas tomadas para minar e drenar recursos de organizações e activistas da sociedade civil;
- Até que ponto as autoridades locais trabalham para proteger os defensores dos direitos humanos e investigar os ataques de que são vítimas, bem como disponibilizar o acesso efectivo a procedimentos judiciais e administrativos, incluindo reparação e remediação;
- Uso de vigilância física ou digital para monitorizar indevidamente ou restringir as actividades de membros da sociedade civil;
- Uso de hacking direccionado, destruição, interrupção ou confisco de dispositivos, contas online, dados ou serviços para monitorizar, silenciar e reprimir membros da sociedade civil;
- Envolvimento das autoridades locais em um diálogo regular com a sociedade civil;
- A aplicação efectiva de leis que prevejam a participação pública na tomada de decisões, incluindo em questões ambientais; e
- Envolvimento da comunidade empresarial com a sociedade civil, bem como a falha das empresas em respeitar os direitos humanos.

Pessoas acenando bandeiras do Orgulho em apoio e solidariedade com activistas LGBTQI+. Foto por: naeimasgary, domínio público.

II. ENVOLVER, CONSULTAR E MANTER CONTACTO COM A SOCIEDADE CIVIL E OS DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS

Geralmente, os Especialistas em Direitos Humanos que fazem parte das missões dos EUA, sendo os primeiros pontos de contacto, realizam as seguintes acções para se envolverem e apoiarem os actores locais da sociedade civil:

- Transmitir as preocupações da sociedade civil às contrapartes na embaixada para informar o envolvimento dos EUA;
- Contactar e realizar reuniões regulares com diversas OSCs e coligações locais sem colocar as OSC vulneráveis em risco;
- Comparecer em eventos públicos ou reuniões organizadas por ou em apoio à sociedade civil local;
- Consultar as OSCs internacionais que trabalham com organizações locais, defensores dos direitos humanos, redes e movimentos;
- Contactar e reunir-se regularmente com as autoridades locais para verificar a situação de casos específicos de direitos humanos;
- Participar de audiências judiciais de defensores de direitos humanos e observar julgamentos; e
- Construir relações duradouras com as partes interessadas que podem ajudar numa emergência, incluindo pontos de contacto relevantes de missões diplomáticas semelhantes, representantes de fóruns multilaterais locais ou não, mídia, sociedade civil e outros.

Nos casos em que um defensor dos direitos humanos esteja sob ameaça:

- Obter informações de uma variedade de fontes fiáveis para informar as determinações sobre a abordagem mais eficaz para ajudar a proteger o defensor dos direitos humanos no caso em questão;

Acções de curto prazo específicas para cada caso:

- Reunir-se com o defensor, se possível, e estabelecer uma ligação segura quando não for possível;
- Ajudar a aceder e/ou fornecer referências ao governo anfitrião e/ou mecanismos de protecção internacional;
- Disponibilizar referências para recursos de assistência de emergência, como o Lifeline Embattled CSO Fund;
- Contactar funcionários do governo anfitrião;
- Trabalhar ao lado de governos de ideologia semelhante para demonstrar apoio em uníssono, ou identificar estrategicamente os papéis e acções de cada país dentro de uma resposta abrangente;
- Emitir declarações públicas;
- Participar de processos judiciais; e
- Reunir-se com empresas ou associações comerciais relevantes, quando apropriado.

Acções de longo prazo específicas para cada caso:

- Coordenar com governos com ideias semelhantes sobre declarações públicas e comunicações com o governo anfitrião, entre outras acções;
- Coordenar diplomaticamente com governos com ideias semelhantes sobre iniciativas de múltiplas partes interessadas para coordenar respostas de políticas públicas e privadas;
- Aconselhar as OSCs sobre como apresentar uma instância específica por meio dos Pontos de Contacto Nacionais referente às Directrizes da OCDE para Empresas Multinacionais, o Mecanismo de Responsabilidade Independente da Corporação Financeira dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (DFC) e mecanismos de acordo para livre comércio, conforme apropriado;
- Encorajar investigações e processos contra os que assediam e atacam os defensores dos direitos humanos; e
- Consistente com o princípio de “não causar danos”, procurar obter autorização dos defensores dos direitos humanos antes de tomar qualquer acção em seu nome e tomar precauções ao se comunicar com eles online e offline.

Uma jovem segurando um megafone lidera um cântico por justiça racial em um protesto pacífico em Londres, Reino Unido. Foto por: Ehimetalor Akhere Unuabona, no Unsplash, domínio público.

III. APOIAR OS DEFENSORES DA SOCIEDADE CIVIL E DOS DIREITOS HUMANOS ATRAVÉS DO ENVOLVIMENTO DIPLOMÁTICO

As missões dos EUA apoiam e protegem a sociedade civil e os defensores dos direitos humanos por meio do envolvimento bilateral e multilateral e através da diplomacia pública. Conforme apropriado, os Especialistas em Direitos Humanos realizam as seguintes acções diplomáticas:

- Moderar reuniões e diálogos estruturados para funcionários de alto nível dos EUA para se envolverem com diversos representantes locais da sociedade civil;
- Convidar a sociedade civil e os defensores dos direitos humanos para eventos da missão dos EUA e facilitar as oportunidades de se reunirem com os principais funcionários dos EUA;
- Estabelecer um ou mais grupos de trabalho com outras missões estrangeiras com interesses semelhantes e representantes de outras agências dos EUA nos postos para rastreio de ameaças ao espaço cívico e garantir a coordenação de respostas diplomáticas e de assistência;
- Falar directamente com funcionários do governo anfitrião para expressar preocupações em relação ao ambiente operacional da sociedade civil, incluindo leis e regulamentos restritivos e impunidade para ataques contra actores da sociedade civil. Coordenar com representantes diplomáticos de embaixadas com ideias semelhantes para transmitir a mesma mensagem.
- Incentivar o governo anfitrião a aceitar pedidos de visitas a países por Observadores Especiais da ONU sobre os direitos à liberdade de reunião pacífica e de associação ou outros Observadores Especiais ou emissários semelhantes de organizações multilaterais ou regionais;

Sofi Gedi, chefe da Wajir Human Rights Watch no Quénia, lança um plano de acção para o condado sobre a luta contra o extremismo violento. Foto por: Hank Nelson, USAID, licenciado ao abrigo da CC BY-NC 2.0.

- Usar as redes sociais, artigos de opinião e oportunidades de palestras para amplificar as vozes das OSCs e dos defensores dos direitos humanos e se manifestar contra as acções do governo que restringem o espaço cívico. Expor os que procuram atingir, assediar ou prejudicar a sociedade civil, defensores dos direitos humanos, jornalistas independentes e membros de outras populações vulneráveis;
- Promover uma conduta empresarial responsável e incentivar as empresas americanas a adoptar processos de devida diligência em direitos humanos para identificar, prevenir e mitigar o impacto das operações empresariais sobre os direitos humanos. Além disso, incentivar os governos anfitriões a seguir as Directrizes do UNGP e da OCDE;
- Convocar diálogos entre empresas e a sociedade civil para abordar questões sensíveis relacionadas aos direitos humanos;
- Oferecer oportunidades para que a sociedade civil local e jornalistas independentes compartilhem melhores práticas e construam parcerias com os seus colegas nos Estados Unidos;
- Ajudar a ligar os actores da sociedade civil ao espectro de opções de assistência - emergência, a curto e longo prazo - incluindo formação e assistência técnica para OSCs e activistas sobre segurança física e da informação; e
- Adaptar os compromissos para atender às necessidades e riscos dos defensores dos direitos humanos especialmente vulneráveis, como os que trabalham com questões ambientais e fundiárias, mulheres e raparigas, pessoas LGBTQI +, pessoas portadoras de deficiência, membros de populações indígenas e minorias étnicas e religiosas. Para os defensores ambientais, solicitar ao IAWG que realize uma sessão sobre o caso.

IV. RELATÓRIO SOBRE O AMBIENTE DO ESPAÇO CÍVICO

Especialistas em Direitos Humanos nas Missões dos EUA apresentam relatórios regulares sobre o ambiente do espaço cívico, casos individuais de defensores dos direitos humanos, e abusos dos direitos humanos pelo governo anfitrião ou por parte de outras entidades e indivíduos. Os especialistas realizam regularmente contactos com a sociedade civil para solicitar informações para relatórios, tais como:

- Relatórios regulares para formuladores de políticas do Departamento de Estado em Washington, D.C.;
- Relatórios Anuais de País do Departamento de Estado sobre Práticas de Direitos Humanos;
- Relatório sobre Tráfico de Pessoas do Departamento de Estado; e
- Relatório sobre Liberdade Religiosa Internacional do Departamento de Estado.

RECURSOS ADICIONAIS

Assistência Geral e de Emergência

1. Ficha Informativa: Organizações Não-Governamentais (ONGs) nos Estados Unidos
2. Ficha Informativa: Promoção dos Direitos Humanos: Melhores Práticas e Oportunidades para Parcerias com as Embaixadas dos EUA
3. Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional: Apoiando uma Sociedade Civil Vibrante e uma Mídia Independente
4. Lifeline: Fundo de Apoio às Organizações da Sociedade Civil (OSCs)
5. Fundo para a Igualdade Global: Fundo Para a Igualdade Global: Assistência de Emergência para Defensores dos Direitos Humanos em Apoio a Organizações LGBTQI+
6. Freedom House: Assistência de Emergência e Programas Temáticos
7. Ficha Informativa: Apoio dos EUA à Democracia, Boa Governação e Direitos Humanos na Resposta Global à Pandemia de COVID-19
8. Parceria de Defensores Digitais: Apoio para ameaças digitais e redes de resposta local

Negócios e Direitos Humanos

1. Negócios e Direitos Humanos: Abordagem do governo dos EUA para a promoção de negócios e direitos humanos
2. Ficha Informativa: Conduta Empresarial Responsável
3. OCDE: Directrizes para Empresas Multinacionais (Directrizes da OCDE)
4. ONU: Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Negócios e Direitos Humanos (UNGPs)
5. Iniciativa de Princípios Voluntários: Sobre Segurança e Direitos Humanos

Depois de fugir do país e ter sido criada em Ottawa, Ilwad Elman regressou à sua terra natal, a Somália, e agora ajuda a liderar o Elman Peace and Human Rights Center. Foto por: Sebastian Lindstrom, licenciado ao abrigo da CC BY-NC 2.0.

A defensora dos direitos humanos, Malebogo Molefhe, foi agraciada com o prémio International Women of Courage do Secretário de Estado dos EUA, em 2017. Molefhe, ex-jogadora de basquetebol da equipa nacional do Botswana, tornou-se activista dos direitos dos deficientes e contra a violência baseada no género depois de ter sido baleada oito vezes. Ela agora utiliza uma cadeira de rodas. Foto por: Departamento de Estado, licenciado sob o domínio público.

Os defensores do activista de direitos humanos Liu Xiaobo reúnem-se para lamentar a sua morte em 2017. Liu Xiaobo foi galardoado com o Prémio Nobel da Paz em 2010 pela sua luta não violenta pelos direitos humanos na China. Foto por: aktivioslo, licenciado ao abrigo da CC BY-NC-ND 2.0

Idealizado por A/GIS/GPS
Novembro de 2021

Las Damas de Blanco reúnem-se fora da igreja de Santa Rita todos os domingos após a missa, em Havana, Cuba, para protestar contra a prisão dos seus familiares do sexo masculino pelo governo cubano. As esposas, mães, irmãs e amigas marcham pelas ruas de Havana todos os domingos. Foto por: Hvd69, licenciado ao abrigo da CC BY SA 3.0.